

**O Sr. Antônio Moraes** — Seria uma embromação maior do que esta.

**O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA** — Ora, o projeto do Governo beneficia os três com a anistia. Por conseguinte, não é embromação. O projeto do MDB deixava os três de fora. Por conseguinte, é embromação. É o que se conclui das assertivas de V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Antônio Moraes** — Seria uma embromação maior do que o atual projeto. Esta é a minha opinião.

**O Sr. José Maurício** — Permite-me um aparte V. Ex<sup>a</sup>?

**O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA** — Com prazer.

**O Sr. José Maurício** — Nobre Deputado Bonifácio de Andrada, vemos, com especial agrado, que a sociedade brasileira já está, a despeito da escamoteação e do autoritarismo, fazendo as coisas correrem para o estuário que ela exige e impõe. Vemos hoje, com especial agrado, a evolução de V. Ex<sup>a</sup> e do eminente Deputado Hugo Mardini e vemos, sobretudo, que nos quadros da ARENA nem todos estão dispostos a aceitar as determinações dos deuses do Olimpo. Mas, Ex<sup>a</sup>, o que receio é que suas palavras, tanto quanto as palavras do Presidente da República, caiam no vazio. Diante do exposto, V. Ex<sup>a</sup> tem a tradição de herdeiro do eminente Deputado José Bonifácio e o Presidente da República de herdeiro do General Euclides Figueiredo. A esta altura, falando pelo seu partido e, evidentemente, pelo Presidente da República, poderia V. Ex<sup>a</sup> esclarecer certas perplexidades que nos assaltam neste instante.

**O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA** — Por exemplo.

**O Sr. José Maurício** — Indago a V. Ex<sup>a</sup> se o General Euclides Figueiredo teria sido terrorista, se o Brigadeiro...

**O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA** — ... Eduardo Gomes, Gen. Cordeiro de Farias, Gen. Juarez Távora, Nelson de Melo... e outros, eu já conheço o argumento.

**O Sr. José Maurício** — ... se eram terroristas, há tantos outros...

**O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA** — O próprio General Geisel participou da revolução de 1930.

**O Sr. José Maurício** — Então, V. Ex<sup>a</sup>s, que estão...

**O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA** — Vou responder a V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. José Maurício** — ... nesse processo amplo de progressão, já agora auscultando o anseio da sociedade brasileira, naturalmente sensíveis a isso, estão evoluindo. Por que V. Ex<sup>a</sup>s negam a anistia ampla, geral e irrestrita, capaz de alcançar os terroristas, capaz de permitir que os militares sancionados pelos atos excepcionais de autoritarismo sejam recolocados nos seus lugares, que os servidores, os trabalhadores, enfim, a sociedade brasileira se reencontre no seu estuário natural? É a nossa indagação. Estamos assistindo a essa evolução. V. Ex<sup>a</sup>s que integram o partido do Governo, têm hoje uma grande responsabilidade, uma responsabilidade histórica. Há pouco, ouvi o Deputado Hugo Mardini negar a História deste País. Espero que V. Ex<sup>a</sup> responda, não escamoteando, mas em nome do seu partido.

**O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA** — O nobre Deputado José Maurício fala em perplexidade. Primeira resposta: maior perplexidade foi a nossa — já o disse aqui — porque o MDB, pugnando pela anistia, apresentou a esta Casa, assinada pelo Presidente nacional do partido e pelo Líder da bancada, uma proposta de emenda constitucional a favor de uma anistia restrita, muito restrita. Até consideramos um acontecimento histórico e apartamos o nobre Deputado Fernando Coelho, buscando luzes para compreender bem o fenômeno. Não houve resposta.

Estamos, nós da ARENA, coerentes e firmes com o projeto e com as idéias enviadas à Casa pelo Poder Executivo. O MDB não pode dizer isso, porque hoje está tendo uma posição diferente daquela que tinha no tocante à sua proposta de emenda constitucional. Estamos coerentes. Desde a primeira hora defendemos o projeto encaminhado a esta Casa pelo Poder Executivo. O MDB não está coerente. Por quê? Porque defendia uma anistia restrita, sem Brizola, sem Arraes e sem Julião. Agora está defendendo o contrário e até chamando de embromação a sua antiga proposta, que não tinha Brizola, que não tinha Arraes e que não tinha Julião.

Mas vem uma questão importante. O nobre Deputado quer dizer que o eminente General Euclides Figueiredo, assim como o Brigadeiro Eduardo Gomes e outros ilustres Líderes políticos e militares, no passado, estariam incursos em situação igual àquelas que apontamos para os terroristas. Inteiramente impecado a assertiva do nobre Deputado. Este é um ponto importante.

**O Sr. José Maurício** — Não fiz afirmativas, fiz indagações.

**O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA** — É a conclusão a que quero chegar entre ser terrorista e ser rebelde, ou ser revolucionário.

**O Sr. Aurélio Peres** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA** — Não darei o aparte porque vou responder ao Deputado José Maurício. Terrorista é aquele agente criminoso que usa qualquer meio, pouco se importando com as consequências, com os resultados de seus atos. Procuram eles apenas a publicidade.

**O SR. JOSÉ MAURÍCIO** — Não, Excelência, é aquele que perde!

**O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA** — Terrorista é aquele que é capaz de matar uma criança, um inocente é aquele que põe fogo numa casa, com o objetivo único de conseguir para si a repercussão publicitária desse evento criminoso. O que o terrorista quer é chamar a atenção pública, de qualquer maneira, de qualquer jeito, dentro de qualquer técnica, para o seu ato político e criminoso. O terrorista é capaz de matar, de seqüestrar, é capaz de assaltar bancos e casas de famílias, pacífica com um único objetivo: buscar a publicidade para sua tese e para seu protesto. Para atingir este desiderato não vê obstáculo de qualquer ordem.

**O Sr. José Maurício** — Torturador não é terrorista, Excelência?

**O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA** — Eles não se incomodam com as consequências do ato que praticam, porque o que querem é a repercussão, é a notícia internacional se possível. Ora, o Brigadeiro Eduardo Gomes, quando tenente, o General Figueiredo, quando tenente, e o General Juarez Távora, quando tenente, foram rebeldes e revolucionários, mas jamais teriam o impulso de cometer um atentado contra uma criança inocente ou contra grupos civis afastados da pugna em que estavam inseridos. De modo que confundir uma coisa com a outra é a grossa manobra do MDB para tentar...

**O Sr. José Maurício** — Não é manobra, Excelência, é a verdade.

**O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA** — ... para tentar confundir esta Casa e confundir a opinião pública.

Sr. Presidente, somos contra o terrorismo porque o terrorismo atenta contra os princípios elementares do Direito Natural e do Direito Positivo. Mas acrescentamos para conhecimento do ilustre Deputado de Vitória da Conquista, defensor do Sr. Luiz Carlos Prestes, quem S. Ex<sup>a</sup> muito admira.

**O Sr. Elquisson Soares** — Está V. Ex<sup>a</sup> fazendo proselitismo das lideranças nacionais. O Governo passou a elogiar Arraes, Brizola e Prestes. Mudou de comportamento.

**O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA** — ... que somos contra os terroristas. Agora, se os nobres Deputados do MDB demonstrarem que esses presos que estão por aí, em número de 100 ou 200, não se enquadram nesse conceito de terrorismo, achamos que devemos anistiá-los.

**O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho)** — Lembro ao orador que seu tempo está esgotado.

**O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA** — Sr. Presidente, a posição da Aliança Renovadora Nacional é uma posição clara. Somos a favor da anistia ampla até mesmo com Brizola, Arraes e Francisco Julião,...

**O Sr. José Maurício** — Com os presos políticos também, Excelência.

**O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA** — ... ao contrário do Movimento Democrático Brasileiro, que era contra essa visão ampla da anistia. Somos contra os terroristas porque os crimes por estes praticados atentam contra os princípios mais elementares do Direito moderno, contra a consciência cristã do nosso País. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho)** — Com a palavra o Deputado Waldir Walter.

**O SR. WALDIR WALTER (MDB — RS. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, sou obrigado a começar a minha manifestação discutindo, mesmo que rapidamente, a colocação feita pelo orador que acaba de deixar a tribuna, Deputado Bonifácio de Andrada. S. Ex<sup>a</sup>, quando falava ao nobre Deputado Fernando Coelho, citou o projeto de anistia do MDB, e agora, ao ocupar o seu tempo, voltou a martelar sobre o mesmo assunto.

Confesso, Srs. Congressistas, que já começo a ficar em dúvida. Eu pensava que a ARENA havia rejeitado o projeto do MDB porque concedia anistia demais. Agora, o Deputado Bonifácio de Andrada quer convencer-nos de que a ARENA rejeitou o projeto do MDB porque concedia anistia de me-

nos. E não é só isto que estamos vendo hoje neste plenário. Estamos ouvindo os mesmos algozes de 1964 dizendo que respeitam Brizola e Arraes. Um Deputado do Rio Grande do Sul se colocou como defensor de Brizola. Quero que a Casa saiba, que o Brasil saiba, o que, aliás, já sabe, que no Rio Grande do Sul, no interior do nosso Estado o ex-Governador Brizola era caçado para ser assassinado. O Brasil não sabe? Será que o Brasil esqueceu que Miguel Arraes foi retirado à força do Palácio do Governo, para onde havia sido eleito pelo voto livre e soberano do povo pernambucano Governador daquele grande Estado nordestino? De lá foi retirado à força e colocado na prisão. Ou foram outros homens que fizeram isto? Não são os que hoje estão na tribuna defendendo Brizola e Arraes? Pergunto aos meus companheiros: quais são as palavras com as quais, sem magoar, sem ferir a linguagem parlamentar, podemos caracterizar este tipo de comportamento político?

**O Sr. João Linhares** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. WALDIR WALTER** — Srs. Deputados, Srs. Congressistas, acho que as coisas devem ser colocadas nos seus devidos lugares.

**O Sr. João Linhares** — Para isso lhe peço aparte.

**O SR. WALDIR WALTER** — A ARENA não rejeitou o projeto do MDB porque ele concedia anistia de menos. Rejeitou-o por outros motivos. Em primeiro lugar, porque um partido que apóia um regime ditatorial não tem humildade para aprovar projetos da Oposição.

**O Sr. João Linhares** — V. Ex<sup>a</sup> é novo aqui.

**O SR. WALDIR WALTER** — A grandeza de apoiar proposições do partido adversário é dos democratas, que não defendem ditaduras.

**O Sr. João Linhares** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. WALDIR WALTER** — Em seguida permitirei.

O projeto do MDB concedia anistia para todos: ampla, geral e irrestrita. Aceito que se possa discutir uma frase do projeto do MDB, que aqui foi lida pelo ilustre Deputado Bonifácio de Andrada, e que me permito reproduzir: anistia ampla e irrestrita aos civis e militares que, direta ou indiretamente, participaram dos fatos ocorridos no território nacional desde 31 de março de 1964. Aqui está o ponto enfocado constantemente pelos ilustres Congressistas da ARENA.

Ora, se a ARENA quisesse aprovar nosso projeto, era só mudar esta data. Será que alguém tem dúvida de que o MDB queria anistia para todos os que foram punidos até depois de 64? É evidente que não pode pairar essa dúvida no pensamento nacional.

Outro ponto de real importância que consubstanciava o projeto da Oposição é que restabelecia os poderes do Congresso para, soberanamente, conceder anistia. Isso, evidentemente, não servia para o regime. Então, o regime autoritário, o regime que concentra o poder nas mãos de um único homem vai aceitar que o Congresso Nacional recupere essa prerrogativa que lhe havia sido usurpada? Evidentemente, não. É por isso, Srs. Congressistas, que o nosso projeto foi rejeitado. Não porque concedia de menos, mas porque concedia de mais, porque restabelecia os poderes da Casa do Povo. Para apoiar medidas como a proposta pelo nosso partido é preciso ter consciência democrática. Evidentemente uma proposta como essa não pode ser apoiada pelos Parlamentares que batem palmas quando se fecha o Congresso Nacional; não pode ser apoiada pelos Parlamentares que batem palmas quando seus colegas são cassados no exercício de seu mandato.

Ainda hoje ouvi falar em ética. Evidentemente há uma diferença entre o senso ético da Oposição e o senso ético da ARENA. Pode ser que o nosso senso ético não esteja suficientemente lapidado, suficientemente aprimorado, mas evidentemente não é o senso ético daqueles que aceitam os atos de arbítrio e de prepotência, derrubando da tribuna parlamentar os seus próprios colegas de representação popular.

Ouçoo o Deputado João Linhares.

**O Sr. João Linhares** — Nobre Deputado Waldir Walter, V. Ex<sup>a</sup> cometeu alguns equívocos no seu pronunciamento. Ouvi, como V. Ex<sup>a</sup>, os oradores da Aliança Renovadora Nacional que discorreram sobre o Projeto de Anistia e outros assuntos pertinentes a ela. Ninguém ficou a defender, Deputado Waldir Walter, o comportamento e os atos administrativos ou políticos do Sr. Leonel Brizola, do Sr. Miguel Arraes, de Julião e de tantos outros que — V. Ex<sup>a</sup> não pode negar, nem o seu partido — estavam excluídos do projeto de anistia vindo através de uma emenda constitucional. E vou mais longe. O projeto de emenda constitucional apresentado pelo MDB como uma ação partidária, representando a voz nacional do MDB e cuidadosamente estudado, buscava uma anistia restrita e não ampla. V. Ex<sup>s</sup> não podem querer interpretar além

dos termos aqui expressos. A emenda apresentada pelo MDB tinha ainda mais uma armadilha que trazia iniquidades. V. Ex<sup>s</sup> devem ter humildade para reconhecer que erraram em insistir sempre. Como disse o ex-Deputado Pedroso Horta, parece que o único palmo de verdade da Nação é do MDB. Quando V. Ex<sup>s</sup> dizem “considerados crimes políticos pela lei, pelos atos institucionais e pelos atos complementares”, dependendo de uma legislação contra a qual V. Ex<sup>s</sup> se insurgem para definir o que seja crime político, o terrorista assim não estaria incluído naquela emenda constitucional. V. Ex<sup>s</sup> não podem discordar dessa conceituação jurídica. Peço que haja humildade em seu partido para reconhecer que errou quando quis roubar o compromisso do Presidente Figueiredo. Ele fez uma das bandeiras da sua peregrinação pelo País a concessão da anistia. E o seu partido foi açodado. Quem se apressa sempre erra. Gostaria de fazer um reparo. Nós, a Maioria — e Maioria é quem manda — temos tido a dignidade de aprovar as proposições de companheiros do seu partido, quando entendemos assim, V. Ex<sup>a</sup> comete uma injustiça que se entrecruza com fatos muito recentes. O eminente Deputado Ernani Sátiro, Relator do projeto de anistia, aproveitou e aprovou várias e várias emendas apresentadas por companheiros do seu partido. Talvez, se ocorresse o inverso neste plenário, se o MDB fosse Maioria, jamais nós, que seríamos Oposição, teríamos uma emenda ou um projeto aprovado pelo seu partido. Obrigado a V. Ex<sup>a</sup> e desculpe pelo tempo do aparte.

**O SR. WALDIR WALTER** — Talvez. É a hipótese contra fatos. Talvez, se tivéssemos maioria, não aprovaríamos os projetos da ARENA. A ARENA tem Maioria e não aprova os nossos projetos.

**O Sr. João Linhares** — V. Ex<sup>a</sup> está sendo injusto.

**O SR. WALDIR WALTER** — De um lado, os fatos; de outro, as hipóteses.

Outro orador da douda Bancada da ARENA — por sinal do meu Estado, o Rio Grande do Sul — disse a mesma coisa, ou seja, que se tivéssemos ficado no poder hoje não estaríamos aprovando o projeto de anistia. A verdade é que, quando estávamos no poder, este Congresso decretou anistia para aqueles que realmente tinham investido, em armas, contra um governo legitimamente constituído pelo povo.

Acabaram convencendo-nos de que fomos nós que punimos Brizola e Arraes. Talvez tenhamos sido nós que os deduramos, que os afastamos da vida política do País. Agora, já estamos vendo uma ARENA até certo ponto piedosa, preocupada com o retorno de Brizola — o mesmo Brizola que era caçado como fera no Rio Grande do Sul — e com o destino de um ex-Governador de um importante Estado do Nordeste, Miguel Arraes.

Esse é exatamente o comportamento político dos autoritários. Tudo está dentro da lógica, Sr. Presidente. E, por estar dentro dessa lógica, quero dizer aos meus companheiros de bancada que não alimentem grandes ilusões quanto ao que possam conseguir, hoje, em termos de aprimoramento do projeto governamental. Ressalvo eminentes figuras da douda bancada arenista que, possivelmente, estejam empenhadas numa anistia total e geral, realmente com objetivos de pacificar o Brasil, como deseja o meu partido.

Mas não posso esperar da ARENA, como um todo, esse posicionamento. Não posso esperar o mesmo de um Presidente da República cuja especialidade não foi jamais conceder anistia. A especialidade do Gen. João Baptista de Figueiredo, hoje Presidente da República, é cassar os adversários, ocupar a chefia de um órgão de espionagem, criado exatamente para procurar adversários políticos. É essa a sua especialidade.

Não chegamos a um projeto de anistia de autoria de S. Ex<sup>a</sup>, a Nação, sim, passou a exigir esse projeto. Até chegarmos a esse ponto, tivemos de fazer uma longa caminhada.

É preciso que relembremos aqui os primeiros comitês de anistia e os movimentos constituídos por este Brasil afora, ridicularizados no início. Eles enfrentavam a repressão, mas inocularam na alma nacional esse germe valioso no sentido de criar uma mentalidade que forçasse — mais tarde com o apoio da imprensa, dos intelectuais, dos estudantes, da Igreja e da OAB — um posicionamento do Governo.

Hoje, depois de muita luta, o projeto veio até aqui, embora capenga e pela metade.

Não tenho muitas ilusões de que conseguiremos melhorá-lo de hoje para amanhã.

Depois dessa parte do meu pronunciamento, eu gostaria de analisar — se me sobrar tempo — o esquema do Governo durante a tramitação do projeto.

Mas farei isto logo após ouvir o aparte da Deputada Cristina Tavares, que eu pediria fosse breve.



**A Sra. Cristina Tavares** — Serei breve, nobre Deputado Waldir Walter. A ARENA, que já foi rebelde, renovadora, apresenta-se agora, quando é decretado o seu funeral, como uma ARENA piedosa. Se não fosse tamanha a falsidade da liderança do Governo em apresentar o projeto oriundo do MDB como excludente das lideranças expurgadas pela Revolução, que chamamos de golpe e que eles defendem durante quinze anos, eu chamaria de grotesca a defesa que a parte mais reacionária do Governo agora faz, ou tenta fazer, em nome dos ex-Governadores Leonel Brizola e Miguel Arraes. Queria lembrar a esta Casa que os ex-Governadores Miguel Arraes e Leonel Brizola são homens sérios. É preciso que o Partido do Governo os respeite como tal. (Palmas!)

**O SR. WALDIR WALTER** — Agradeço-lhe o aparte.

**O SR. PRESIDENTE** (Nilo Coelho) — Lembro a V. Exª que dispõe de três minutos para concluir seu discurso.

**O SR. WALDIR WALTER** — Eu dizia que foi longo o sacrifício para conseguir que o projeto do Governo viesse até o Congresso. É claro que um regime que implantou uma ditadura no País, que decretou pena de morte, banimentos, que torturou, que consumiu um número significativo de brasileiros, que desencadeou sobre seus adversários políticos o maior ódio que a nossa história registra, um regime assim, repito, dificilmente chegaria ao ponto de mandar um projeto de anistia para o Congresso.

Não é característica das ditaduras conceder anistia. A concessão da anistia é uma característica das democracias.

No tempo em que Juscelino era Presidente houve duas revoltas, e imediatamente os revoltosos foram anistiados.

Hoje, os mesmos anistiados daquela época não concordam em anistiar os adversários de um Governo ilegítimo. E eles se rebelaram contra governos legítimos.

Não me consta que o Sr. Francisco Franco tenha decretado alguma anistia durante os seus 40 anos de reinado. Não consta que o Sr. Salazar tenha decretado anistia em Portugal. Não me consta que o Sr. Alfredo Stroessner tenha decretado anistia nos 25 anos de ditadura no Paraguai, onde o Vice-Presidente da República do Brasil participará de festejos e solenidades, possivelmente com o Sr. Anastasio Somoza, que acaba de chegar àquele país.

Não é característica dos regimes totalitários conceder anistia — só concordam com ela quando pressionados. Hoje, então, vamos conseguir parte da anistia que o Brasil reclama, pela pressão de seu povo, e amanhã ou depois haveremos de conseguir o restante.

O regime precisava que o projeto fosse analisado dentro do Congresso Nacional por alguém perfeitamente identificado com seus propósitos. Que me releve o ilustre Deputado Ernani Satyro por essas considerações, mas S. Exª era exatamente o homem ideal para ser indicado como Relator dessa matéria, em termos de pensamento governamental. O regime precisava de um Relator como S. Exª, o Deputado Ernani Satyro, que aceitou ser delegado do regime autoritário e da ditadura no seu Estado, onde foi Governador nomeado. O Deputado Ernani Satyro, ilustre integrante desta Casa, com quem tenho bom relacionamento, permita-me dizer, era o Parlamentar indicado, e já foi, inclusive, Ministro do Tribunal Superior Eleitoral. Primeiro, julgava os adversários do Governo, hoje vem dar parecer no Congresso Nacional sobre uma anistia que visa a atingir esses mesmos adversários do Governo.

Qual a isenção, qual a neutralidade?

Mas tudo isso é típico do regime. Primeiro, ocupa os mais altos postos nos esquemas de repressão, neste País, e, depois, é nomeado para ser juiz da justiça especial, da justiça autoritária, da justiça que não é Justiça.

**O Sr. Bonifácio de Andrada** — Não apoiado.

**O SR. WALDIR WALTER** — Esta é a imparcialidade característica do regime. Não podia, pois, ser outro o parecer do ilustre Parlamentar; ele só poderia concluir com um substitutivo que afastasse da anistia os que cometeram crimes contra a humanidade.

Hoje, temos duas humanidades, Sr. Presidente: a verdadeira, integrada por todos os seres humanos que habitam a face da Terra, que acolhem nas principais universidades os perseguidos pelo regime brasileiro; e a humanidade de composta somente pelos integrantes do Governo. Esta é uma humanidade que foi criada recentemente. Logo, é crime investir contra ela. Estes aqui não pertencem à humanidade brasileira, estes ninguém sabe onde estão; pertencem à verdadeira humanidade, mas não à humanidade personalizada pelo Gen. Figueiredo e pelos homens que estão no poder e não querem conceder anistia aos adversários do regime. Lamentavelmente, chegamos a isto. Mas tudo se encontra dentro de uma lógica, uma lógica ditatorial, que tem no Par-

lamento uma bancada majoritária que foi eleita majoritariamente, através das cassações de mandatos e através do próprio sistema repressivo,...

**O Sr. Bonifácio de Andrada** — Não apoiado.

**O SR. WALDIR WALTER** — ... e que certamente vai aprovar o projeto de autoria do Poder Executivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Nilo Coelho) — Com a palavra o Deputado Magnus Guimarães.

**O SR. MAGNUS GUIMARÃES** (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

“É melhor ser vítima do que autor das injustiças”. “Como posso perder minha fé na justiça da vida, quando os sonhos dos que dormem num colchão de pena não são mais belos dos que dormem no chão?”

(Gibran Khalil Gibran — in “Parábolas”)

Os vencedores são os donos da verdade, até que a verdade histórica seja restabelecida.

Crimes, por certo houve, mas dentro de um contexto revolucionário. Revolucionário, em termos, posto que revolução implica modificação de estruturas, cria nova mentalidade, aprofunda soluções, procura colocar a sociedade em posição de vanguarda, evoluída, adaptada às exigências do mundo contemporâneo. O que não é o caso do movimento político-militar de 1964.

Os vencedores de 1964 que insistem em afirmar terem feito uma revolução continuam na qualidade de vencedores e, portanto, na de juízes. Em consequência, ainda acreditam que exista vencedores e vencidos.

Pode existir justiça, se esta é praticada pelos algozes?

Os algozes podem ser juízes perante a moral, a história e a justiça?

Como anistiar, discriminando?

Como anistiar sem a grandeza dos que, mesmo tendo sido vencedores, compreenderam?

Como anistiar com propósitos tão mesquinhos?

Qual o maior criminoso: o que participou do confronto revolucionário, ou o que erigiu o aparelho repressor para depredar a moral alheia, humilhar o semelhante, sequestrá-lo, cassá-lo, bani-lo, matá-lo, corrompê-lo no que tem de mais puro, sua alma e seu coração, lavando-lhe o cérebro? E os desaparecidos?

Aquele que tortura, que manda torturar, ou que permite a tortura, se prevalece da condição de vencedor, utilizando as armas da violência, ao invés da compreensão, do respeito aos direitos humanos e da magnanimidade.

As vítimas permanecerão na cadeia e os agentes do aparelho repressor se esconderão ao abrigo disso que chamam de anistia.

Os agentes do aparelho repressor — que ainda existe — será que acreditam que a história é feita e escrita apenas por eles e determinada por seu tempo? Por que não acreditam que a história é feita e escrita por todos e que é medida por gerações e por séculos?

Será que os que hoje julgam também não serão julgados amanhã?

Gesto de grandeza terá a Oposição permitindo a aprovação de uma anistia que beneficie, ampla, geral e irrestritamente, os torturadores, na suposição de que se mande queimar as salas de tortura e o instrumental da sevicia.

Se o Governo que impôs o golpe militar de 1964 entende de anistiar, dizemos que, nesta quadra terrível da nossa história, o anistiado deve ser ele o Governo — pela incompetência no trato das questões sócio-econômicas e pelo impatriotismo, por ter aberto as portas do Brasil à exploração internacional.

Quando ex-Ministros e Ministros de Estado e importantes personalidades dos altos escalões da República permanecem vinculados a empresas estrangeiras, a elas confiando os segredos na Nação, quando não menos sua experiência de governo, não se pode exigir nada mais nem pedir nada mais ao povo para que os perdoem a incúria, a deslealdade, o impatriotismo, para que, com o gesto, compreendam que é hora de romper os grilhões da escravidão e submissão do Governo e do povo ante potências e empresas estrangeiras, para que se levantem e aprendam a defender o Brasil e os brasileiros.

**O Sr. Vilela de Magalhães** — Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. MAGNUS GUIMARÃES** — Tem V. Exª o aparte.

**O Sr. Vilela de Magalhães** — Nobre Deputado Magnus Guimarães, nem 1964 houve vencidos e vencedores, porque atrás daquele movimento estava, sem dúvida alguma, a vontade popular. A prova incontestável é que não houve nenhum movimento de contra-revolução e que, naquela oportunidade, não houve derramamento de sangue. Houve, do período de 1964 até ago-